

4 Lobato e Cecília

Mais um indício de que o reconhecimento de Monteiro Lobato não foi automático, é a ausência de qualquer referência aos seus livros em *Problemas da Literatura Infantil*, de Cecília Meireles. No final dos anos 60, Leonardo Arroyo (1990) espantava-se com a ausência no Brasil de estudos sobre literatura infantil que focassem a bibliografia nacional no gênero, muito longe de ser escassa ou pouco conhecida internacionalmente, e citava como exemplo as várias traduções dos livros de Lobato, dentre outras produções. Para sanar essa lacuna, realizou um vasto inventário crítico de livros e periódicos escolares/infantis publicados desde o período colonial até o advento do escritor. Por essa via, marcava sua distancia em relação a Lourenço Filho (1943, 1957, 2001) e Cecília Meireles (1984), cujos trabalhos centravam-se na fixação de parâmetros para uma “boa literatura” infantil, sem um mapeamento sistemático dos livros produzidos para crianças no país. Preocupado em traçar o histórico dessas publicações e narrar à gênese de uma literatura autenticamente brasileira, Arroyo observa os livros infantis de um ponto de vista literário, sem o filtro pedagógico de seus antecessores. Para ele, *A menina do Narizinho Arrebitado* (1920) assinalava a entrada do gênero em um novo estágio de desenvolvimento histórico, caracterizado pela pujança dos escritores nacionais, enquanto Cecília escrevia para diagnosticar (e remediar) uma “crise”.

Publicado pela primeira vez em 1951, o livro de Cecília indagava fundamentalmente isto: o que é o livro infantil, quais as características específicas de suas histórias e quais os critérios para o discernimento das grandes obras do gênero. Para tanto, traçava um breve panorama histórico da literatura infantil “universal”, eximindo-se de comentar Lobato ou quaisquer autores nacionais. Mas isso não significa que eles estivessem ausentes do texto. Os “problemas” do título não indicam apenas questões teóricas, mas desvios, que devem ser corrigidos para combater a má literatura infantil, categoria na qual facilmente poderíamos incluir os livros infantis de Lobato.

O livro teve origem em três conferências ministradas por ela na cidade de Belo Horizonte em janeiro de 1949. O convite veio da Secretaria de Educação do

Estado de Minas Gerais, responsável também pelo lançamento da primeira edição do livro como parte de sua “Coleção Pedagógica”. Quem faz o prefácio é o próprio secretário, Abgar Renault, ex-diretor do colégio universitário da Universidade do Brasil e do Departamento Nacional de Educação, que além de reforçar as qualidades de Cecília como professora e poetiza, explica o motivo do convite:

À administração do ensino público de Minas Gerais ocorreu confiar-lhe tal incumbência porque sentiu e sofreu vivamente a necessidade terrível de realizar trabalho de esclarecimento, colaborando a efeito de recalcar a plano ínfimo a baixa qualidade da literatura que, em geral, se põe ao alcance das crianças em nosso País, até fazer com que deixe de existir (MEIRELES, 1984, p.12)

Os professores – público alvo do curso e do livro de Cecília – deviam se ocupar deste esclarecimento em suas comunidades, o governo deveria assumir “a responsabilidade de um procedimento adequado às circunstâncias” (*idem*), e as editoras necessitavam de prudência e critério, para que não se deixem levar pela beleza material ou literária dos originais. É então que se chega ao X da questão:

É de Claparède esta afirmação sábia: “*L’enfance este à jouer et à imiter*”¹. Reduzir-lhe as possibilidades de jogo ou brinquedo é, positivamente, mutilá-la. Entretanto, o que a sinistra civilização dos nossos dias vem fazendo, caprichosa, cuidadosa e metodicamente, é diminuir aquelas possibilidades ou substituir o jogo pela sua caricatura ou contrafação, iludindo a sensibilidade e desvirtuando o instinto lúdico da criança (*idem*, p.13).

“Temas deseducativos; linguagem inadequada; texto inseparável da ilustração” (*idem*): estes seriam os principais responsáveis pela *perversão do jogo* no conto falado ou escrito, diminuindo a “curva genética do poder verbal infantil” (*idem*), meio de integração social da criança, que com isso teria prejudicada a sua personalidade em formação. A criança, afirma, é um ser que constrói ao seu mundo e a si mesma menos com as mãos do que com a imaginação.

Do material depende, em larga escala, a qualidade da construção, ou seja – a espécie de conto que a criança ouve ou lê, determina, em grande parte, a espécie de construção que fará e na qual sua pessoa se mistura, se compromete e se completa (*idem*, p.14).

A iniciativa e o argumento expressos pelo prefácio de Renault mostram a ressonância, no início da década de 1950, da percepção de uma “crise da literatura

¹ Em português, *A infância é para brincar (jogar) e imitar*.

infantil”, conforme traçara Cecília no último terço do seu ensaio. Ela introduz o problema como um aspecto da “crise geral da civilização” na primeira metade do século XX. Enquanto o século anterior dera ao mundo um grande número de obras “clássicas” para a infância, diz ela, este ia expondo as crianças aos horrores da guerra e além.

Os tipos [pessoas] de desinteresse e bondade foram arrastados nessa enxurrada ciclópica, e reduzidos a destroços. No desastre geral, o instinto de salvação concentrou-se no indivíduo; mas onde se procurou generosidade só se encontrou egoísmo. Os puros passaram por inúteis, e os delicados, por pusilânimes. Dentro da subversão palpitam infâncias: infâncias que assistem de olhos assombrados cenas que nenhum autor se atreveria a contar-lhes. Cenas vivas e vividas – não escritas. Se o que se lê não se esquece, como se esquecerá o que se vê? E as crianças vêem, dia-a-dia, as mais trágicas histórias. Vêem-nas nas fotografias das revistas e jornais, na tela dos cinemas; ouvem-nas em descrições de rádio, nas conversas dos adultos, a cada instante, por toda parte. Nem está mais separado o mundo dos adultos dos das crianças. Acabou-se o tempo em que os parentes interrompiam a conversa, na presença de uma criança, quando julgavam indiscreta aos seus ouvidos. Todos os fatos se comentam em voz alta, com a mais rude linguagem e as mais arriscadas conclusões. Até as vidas respeitáveis, de chefes ilustres, de pessoas virtuosas são comentadas levemente; malevolamente as instituições são injuriadas, sem serem discutidas; os fatos diários interpretados segundo a vontade de cada um (*idem*, p.134-135).

Cecília reclama a reconstituição de formas de mediação entre adultos e crianças capazes de instruir e direcionar a infância, de prover-lhes as características necessárias para viver em um mundo caótico. “Bondade”, “desinteresse”, resignação, sacrifício e correlatos são as qualidades ressaltadas por ela como necessárias para enfrentar a crise e que, porém, se encontravam em extinção. Cecília assumia que a literatura infantil tinha a função de transmitir e reforçar essas qualidades nas crianças. Mas, na sua percepção, o ato de ler era

prejudicado por fatores aparentemente inocentes. Os anúncios de bondes; os cartazes dos muros; as fotografias vastamente difundidas por todas as publicidades – pelos assuntos de que tratam; ou os aspectos que apresentam, pela linguagem que usam, e a aceitação que têm, contribuem para desorientar os que se encontram sob a ação benéfica do último livro cuidadosamente escolhido (*idem*, p.136).

Para Cecília, como para Renault², a criança é um ser cativo das experiências do mundo. “O que se lê” e o “que se vê” exercem sobre ela uma ação direta e determinante em relação às suas atitudes e comportamentos, e de modo reiterado, garantem a sua formação adequada. A imitação e imaginação são as características fundamentais da criança. Esse lastro psico-pedagógico baseado em Claparède/Piaget emerge claramente um pouco mais adiante no argumento, quando ela postula como solução para a crise a difusão de bibliotecas infantis. No tocante ao tema das ilustrações dos livros, diz:

O cinema talvez tenha acentuado demasiadamente a lição visual. Nós, que já tínhamos aprendido o exercício da imaginação, e o raciocínio com idéias, voltaremos a pensar só com os objetos presentes, sem os podermos transformar em palavras? Este é um dos perigos a se assinalar nas discutidas histórias em quadros (*idem*, p.147)

O risco assinalado é o de barrar o desenvolvimento cognitivo da criança no nível operatório-concreto, impedindo sua evolução até o estágio operatório-formal, com o qual o indivíduo alcançaria a capacidade de formulação de idéias e conceitos abstratos. Pelo que já expus relativamente à crítica do Pe. Sales Brasil, Cecília não parece conceber a criança como portadora de uma inocência passível de ser corrompida. Para ela as qualidades moralmente boas não são inatas, mas adquiridas pela criança no curso do seu desenvolvimento psicológico.

A esta altura já não faz mais sentido continuar uma discussão em torno das posições destes dois atores, uma vez que o que se confronta aqui são duas matrizes de pensamento distintas: a doutrina cristã sobre a infância e a psicologia infantil cognitivo-experimental. No nível de uma contextualização histórica, o percurso implicaria indagar ainda quanto aos confrontos entre o movimento escolanovista e a Igreja Católica no Brasil, algo que por ora não farei. Minimamente, tudo o que

² O tom de Abgar Renault é muito mais beligerante que o de Cecília, entretanto, suas ressalvas possuem um fundo comum, que remonta à década de 1930 e as polêmicas em torno da censura de livros infantis. Cecília compôs a Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), criada em 1935, ainda sob o impacto da Intentona Comunista. Também faziam parte da comissão num primeiro momento, os poetas Murilo Mendes, Manuel Bandeira, e as professoras/pedagogas Elvira Nizynska e Maria Eugênia Celso (filha do Conde de Affonso Celso). Todos, com exceção de Nizynska, passaram rapidamente pela Comissão, dando lugar a outros, como por exemplo, José Lins do Rego, sempre mantendo um quadro de literatos e pedagogos. Até 1939, a atuação da comissão era mais no sentido de recomendar determinados livros, sem uma censura direta. Já no caso dos jornais e revistas, a posição da comissão era pela supressão dos conteúdos nocivos às crianças. Em seu livro de 1951, Cecília expõe alguns dos posicionamentos que eram partilhados à época pela comissão, sem se enveredar por outros, como por exemplo a discussão sobre a exortação ao nacionalismo nas histórias infantis (Cf. COSTA, 2011).

posso fazer é lançar uma questão: a imitação, para Cecília, está a serviço do desenvolvimento da imaginação ou da garantia da apreensão pela criança de um padrão de conduta? A resposta me parece tender para o segundo caso, no ponto exato em que o seu argumento evoca, quase que diretamente, sua crítica pregressa ao livros de Monteiro Lobato.

Entre a enunciação da crise e a proposta de sua solução, há um pequeno capítulo chamado “Onde está o herói?”, cujo título já denota o esgotamento dessa figura, em seus moldes clássicos, na literatura destinada às crianças.

Ah! Não batem as horas de hoje nos antigos relógios... Que menino quer vencer as tentações para conseguir a sabedoria? Que menina será capaz de amar as feras por piedade, e desencantá-las por amor? O herói saiu das páginas dos livros e campeia aos nossos olhos, opulento e vaidoso: é o tipo que os jornais aplaudem, que em lugar de coragem tem atrevimento; em lugar de inteligência, esperteza; em lugar de sabedoria, habilidade... (...) Eis como o herói se transformou no aventureiro sem escrúpulos, salteador de todos os bancos, contrabandista de todos os assuntos, ladrão elegante e assassino por esporte. Porque não se pode perder de vista o romance policial. E o romance policial é, fundamentalmente, uma história de crime, sendo dos livros mais lidos e apreciados nos tempos que correm (*idem*, p.140)

Embora o alvo explícito seja o romance policial, chama a atenção o fato de que essas mesmas características apareçam em chave positiva ao longo de toda a obra infantil de Lobato. Escrevendo a Fernando de Azevedo em carta de 09.11.1932, Cecília dá notícia de um livro de histórias infantis que estaria escrevendo, uma coleção de recontos de lendas dinamarquesas, bretãs, islandesas, etc. Em seguida, comenta o escritor, contrapondo o seu estilo ao dele:

Recebi os livros do Lobato. Preciso saber o endereço dele para lhe agradecer diretamente. Ele é muito engraçado, escrevendo. Mas aqueles seus personagens são tudo quanto há de mais malcriado e detestável no território da infância. De modo que eu penso que os seus livros podem divertir (tenho a impressão de que divertem mais os adultos que as crianças) mas acho que deseducam muito. É uma pena. E que lindíssimas edições! Devo confessar-lhe que uma das coisas que me estão constringendo na elaboração deste livro é o seu próprio feitio, em relação aos demais. O seu feitio literário, espiritual, requintado. Creio que só vale a pena fazer as coisas assim. Por nenhuma fortuna no mundo eu assinaria um livro como os de Lobato, embora não os deixe de achar interessantes (*apud* LAMEGO, 1996, p.229).

Nos anos 30, Lobato e Cecília circulavam, com graus distintos de amizade, entre os três principais líderes do movimento da Escola Nova: Anísio Teixeira,

Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Lobato era um notório entusiasta do primeiro e foi quem o apresentou ao segundo pela primeira vez, quando Azevedo ainda trabalhava na Monteiro Lobato & Cia. Com Anísio o escritor manteve correspondências durante cerca de três décadas, desde o período em que ambos residiram nos EUA, na segunda metade dos anos 20, até próximo do falecimento do autor na década de 1940 (TEIXEIRA; LOBATO, 1986). A relação com Lourenço Filho parece menos amigável. É sua a provável autoria do parecer negativo a *HM*, dado pelo Serviço das Instituições Auxiliares da Escola ligado ao governo de São Paulo (Cf. AZEVEDO, 2002). Cecília escrevia regularmente a Fernando de Azevedo no início dos anos 30, conversas em que criticava a atuação do ministro Francisco Campos e acusava Lourenço Filho de traição ao movimento da Escola Nova, devido à sua anuência ao decreto de 1931 que reinstalou o ensino religioso no Brasil. Em carta de 08.1934, diz suspeitar que Anísio lhe tivesse uma “inconfessada antipatia”, e descreve-o como pessoa uma pessoa imprevisível e um tanto enigmática. (Cf. (NEVES et al., 2001, p.98).

Lobato e Cecília teriam alguma vez se encontrado? Se não pessoalmente, ao menos suas concepções de literatura infantil teriam alguma vez se chocado, ou Lobato vivia à margem dessas discussões? Em todo o caso, seu descompasso em relação ao projeto literário da autora mostra que as ressalvas ao escritor podiam partir não apenas dos setores católicos mais radicais, mas também de atores ligados ao movimento da Escola Nova, como é o caso de Cecília Meireles.

Por sua vez, se Cecília se distancia de Lobato quanto à “ética” dos seus personagens, aproxima-se noutro quesito: o respeito ao juízo da criança na escolha de um bom livro³. O livro infantil, diz ela, é uma invenção do adulto para transmitir aquilo que o adulto julga interessante para a criança. Mas a efetividade dessa transmissão, ressalta, dependeria em primeiro lugar de saber

o que há, de criança, no adulto, para poder comunicar-se com a infância, e o que há de adulto na criança, para poder aceitar o que os adultos lhe oferecem. (...) Pode acontecer que a criança, entre um livro escrito especialmente para ela e outro que o não foi, venha a preferir o segundo. **Tudo é misterioso nesse reino que o homem começa a desconhecer desde que começa a abandonar** (MEIRELES, 1984, p. 30).

³ A concepção de Lobato sobre o juízo da criança na literatura infantil é apresentada no capítulo 6.

Cecília não só percebe a existência de uma negociação entre perspectivas de infância, como a seguir, assinala o *estranhamento* como um obstáculo constitutivo dessa comunicação. Essa incompreensibilidade fundamental do ser da criança gera um impasse: se é ele que em última instância define o que é o livro infantil, como confiar que a sua escolha seja, de fato, a mais acertada para a sua formação? Há mil artifícios e ocasiões para se capturar a leitura das crianças, alerta ela, o que não deve ser tomado como sinônimo de sua real preferência. “Pois não basta um pouco de atenção dada a uma leitura para revelar uma preferência ou uma aprovação. É preciso que a criança viva a sua influência, fique carregado para sempre, através da vida” (*idem*, p.31). Cecília concebe a literatura infantil como um “tesouro”, a coleção das mais belas e instrutivas histórias que “a infância manda guardar”, porque permanecem no adulto. Ela mesma traça a conexão entre este processo e acumulação e transmissão da sabedoria pelos povos primitivos, o chamado “processo folclórico”, como diziam os folcloristas da época⁴. “Em albergues, conventos, pousos, caravançarás, as horas de descanso, enriquecem-se de conversas que arrastam a experiência do mundo e a sabedoria dos povos, sob a forma dessas composições orais, tradicionalmente repetidas, e ouvidas sempre com encanto e convicção” (*idem*, p.43), as quais, pela ausência das avós e amas contadoras de histórias, devem ser transmitidas através dos livros. Entretanto, com estes argumentos, Cecília acaba por retirar da criança a palavra final na escolha do bom livro infantil, ponto em que mais uma vez se afasta de Monteiro Lobato.

⁴ A expressão é de Lourenço Filho, que reitera justamente essa aproximação entre folclore e literatura infantil no prefácio ao panorama histórico de Leonardo Arroyo (1990).